

ATA DA 011ª SESSÃO ESPECIAL DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI
MINISTÉRIO PÚBLICO

Às h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo doutor Lio Marcos Marin, chefe do Ministério Público de Santa Catarina;

Excelentíssima doutora Gladys Afonso, Corregedora-Geral do Ministério Público de Santa Catarina;

Excelentíssimo doutor Antenor Chinato Ribeiro, Procurador-Geral de Justiça para assuntos administrativos;

Excelentíssima doutora Walkyria Danielski, Subprocuradora-Geral de Justiça para assuntos jurídicos e institucionais.

Agradeço aos deputados Dado Cherem e Jailson Lima pela recepção que fizeram às autoridades.

Senhoras e senhores deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e Rádio Alesc Digital, catarinenses que participam da nossa

sessão neste dia, srs. procuradores e srs. promotores, para o conhecimento do que dispõe a Constituição do Estado de Santa Catarina, convido para fazer uso da palavra o excelentíssimo sr. procurador-geral de Justiça, dr. Lio Marcos Marin, para apresentar o relatório anual do Ministério Público.

O DR. LIO MARCOS MARIN - Excelentíssimo sr. presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli, a quem peço vênica para cumprimentar todos os srs. deputados pela sempre gentil, calorosa e amistosa recepção que sempre temos e agradecer o apoio que a Assembleia sempre tem dado ao Ministério Público, o qual se coloca também ao seu dispor. Já temos feito boas e grandes parcerias e esperamos que assim continue ocorrendo.

Estamos aqui, hoje, como falou o sr. presidente, para apresentar o nosso relatório de gestão, cumprindo um mandamento constitucional da nossa Constituição Estadual, pois que é um dever efetivamente de todas as instituições darem conhecimento com transparências das suas atuações. Evidentemente, que esse relatório aqui é um tanto quanto sucinto, e o tempo também não nos permite, pois queremos ser o mais rápido e breve possível.

Os senhores todos já receberam um exemplar com mais informações sobre o nosso relatório de gestão, o qual, se os senhores tiverem tempo e possibilidade, encontrarão mais informações sobre a atividade do Ministério Público.

Aqui, como disse, faremos um resumo e apresentaremos algumas coisas que entendemos mais importantes. Rapidamente, apenas qual é função do Ministério Público. Por determinação constitucional, cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis, que é a previsão do art. 127 da Constituição Federal.

Também, para que os senhores conheçam rapidamente, vamos falar alguma coisa sobre a nossa estrutura, para que conheçam e saibam o que é o Ministério Público.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Hoje, somos compostos por 356 promotores de Justiça. Esses são os nossos órgãos de execução que atuam em primeiro grau. A carreira do Ministério Público é idêntica à carreira de magistratura. E para que entendam, temos no primeiro grau os promotores de Justiça que trabalham com os juízes e no segundo grau os procuradores de Justiça que trabalham com os desembargadores.

Para se ter uma ideia, hoje, o Ministério Público possui 356 promotores de Justiça trabalhando, e temos 52 cargos de promotores de Justiça vagos. Então, na carreira, efetivamente, temos 408 promotores de Justiça que atuam nas 110 comarcas do estado.

Para termos idéia, os juízes são em 509 membros. Eles hoje têm uma defasagem de 100 cargos que não estão providos ainda, mas já foram aprovados 65 no último concurso, os quais devem ser chamados. Então, eles teriam ainda para prover 35 membros, isso apenas para demonstrar a diferença que hoje existe.

Antigamente, os senhores devem lembrar, existia a paridade. Todas às vezes que havia um cargo de juiz também criavam um cargo de promotor de Justiça.

Há muitos anos nos desvinculamos disso, até por uma questão administrativa, orçamentária, que nos impõem mais rigor na gestão. E por isso inclusive não temos o mesmo número.

Estamos tentando aproveitar o máximo das nossas forças para a melhor produtividade.

Também no segundo grau, se formos ver, temos, hoje, 50 cargos de procuradores de Justiça. São aqueles que atuam perante o Tribunal de Justiça.

O Tribunal de Justiça, também só para conhecimento, possui hoje 62 cargos de desembargadores e mais 30 cargos de juízes substitutos de segundo grau.

Então, também há uma grande diferença, hoje, entre os cargos de membros do Ministério Público e da Magistratura no segundo grau.

Em relação ao nosso quadro administrativo, hoje somos em 2.823 pessoas que trabalham e estão na ativa.

Esse comparativo com o Judiciário não é possível fazer, porque efetivamente eles têm um número muito maior, em razão da forma de funcionamento das varas que exigem efetivamente um número de pessoal maior. Então é só para saberem.

É importante e até tem um projeto de lei nosso, que está tramitando, hoje, que todo o cargo de membro do Ministério Público quando criado passa pelo crivo da Assembleia Legislativa e tem que ter a autorização da Assembleia Legislativa. O Tribunal de Justiça recebeu uma concessão da Assembleia Legislativa e por resolução ele cria esses cargos.

Por isso eles têm mais agilidade na criação, como é o caso recente da criação do cargo de juiz de Vara da Família, aqui, da Capital, o qual agora tramita um projeto de lei nosso aqui para a criação desse cargo.

Rapidamente, também, sobre nossas atuações, devo dizer que temos o colégio de procuradores, aquele que é composto por todos os procuradores, que é o órgão máximo da instituição, onde tem sessões ordinárias, feitas todos os meses.

No ano de 2012 foram feitas dez sessões ordinárias, três extraordinárias e seis sessões de posse. É só para saberem.

O nosso conselho superior no ano passado teve um aumento dos integrantes até por uma aprovação da Assembleia Legislativa. Ele é composto por 13 membros, e é o órgão do Ministério Público composto para analisar os procedimentos.

Os inquéritos civis, os procedimentos preparatórios que são feitos nas Comarcas pelos promotores de Justiça, todos aqueles procedimentos, sendo arquivados, não são encaminhados ou, havendo ajustamento de conduta ou recomendação, eles sempre são submetidos a esse conselho superior que faz análise.

O que destacamos é que essa atividade do conselho superior evita uma série de demandas, E toda vez em que firmamos um termo de ajustamento

de conduta na comarca, normalmente evita-se com o ajustamento de conduta a propositura de uma, várias ou dezenas, muitas vezes, de ações judiciais; então, também essa é a nossa contribuição para o desafogamento das ações do Poder Judiciário e para a utilização do nosso trabalho.

A nossa Corregedoria-Geral é um órgão muito atuante, muito efetivo. Em 110 comarcas, eles fizeram 118 relatórios de estágio probatório. E esses são os promotores de Justiça que recém-ingressam. Eles têm acompanhamento da administração superior e da Corregedoria-Geral permanentemente, até a sua aprovação, até a conclusão do estágio probatório. Fizeram 107 correições, somos 107 comarcas, portanto, fizeram 107 correições nas Promotorias de Justiça, duas sindicâncias foram instauradas e seis processos administrativos também foram instaurados. Isso demonstra que também a nossa corregedoria é efetiva e tem procurado fazer a sua parte nas questões de eventuais deslizes de promotores e do controle efetivo do funcionamento das promotorias de Justiça.

Temos também um órgão que a nosso ver é muito importante, é o que defende as teses institucionais e as ações do Ministério Público, que é a coordenadoria de recurso, que analisa principalmente as ações de interesse do Ministério Público. Foram analisados 44.782 mil acórdãos, julgamentos feitos pelo Tribunal de Justiça; requisitaram para estudo 1.298 mil processos e interpuseram 571 recursos. Esse centro de recursos é composto por dois procuradores, dois promotores assessores e mais uma pequena equipe de assessores, para fazer todo esse trabalho. Também efetuaram 1.948 mil contrarrazões.

Tem a nossa ouvidoria que também foi instituída por lei, e não faz muito tempo, por um comando legal. E tem crescido a demanda e procura pela nossa ouvidoria de forma significativa.

Destaco, além da aproximação com a sociedade, num canal de comunicação que temos hoje, alguns pontos importantes. Por exemplo, daquelas 4.360

mil denúncias, 1.545 se referem a atos de improbidade. É a sociedade indo até o Ministério Público denunciar atos de improbidade. E trago os principais números: 538 denúncias são com relação a infrações ambientais, que é a segunda maior causa de denúncia, e 392 denúncias relativas ao consumidor. Essas são as áreas que mais preocupam a sociedade.

De vez em quando os senhores questionam que o Ministério Público toma muitas ações contra políticos, mas isso é para que vejam como somos demandados.

Mais adiante os senhores poderão ver que os números de ações na área da moralidade é bem inferior ao número de denúncias que nos chegam. Evidentemente é feito o crivo, a investigação, a avaliação, e só nos casos que se vê maior gravidade ou que se vislumbra alguma irregularidade é que efetivamente o Ministério Público toma alguma providência, mas os atos de improbidade ainda são a principal causa de denúncia.

Outro fator importante são os órgãos denunciados. E a principal denúncia é contra órgãos públicos municipais. São 1.865 denúncias, a principal é contra pessoas jurídicas privadas, 944 denúncias, e o terceiro lugar é com relação a órgãos estaduais, 927 denúncias. Nesse caso, inclusive pessoas jurídicas, um fator importante, e o presidente nos falava que está preocupado com a questão da telefonia.

Hoje, os maiores índices de reclamações e denúncias que recebemos é justamente sobre a telefonia, razão pela qual já constituímos um grupo para estudar e enfrentar esse problema junto ao Ministério Público, o qual fica à disposição da Assembleia Legislativa para somar força nessa questão.

Temos também apenas para os srs. conheceram o número de processos que são submetidos às procuradorias.

Temos duas procuradorias, uma que enfrenta as questões penais, criminais, e a outra que enfrenta as ações civis. E aquele é o número de processos

que eles recebem anualmente. Temos, em verdade, 28 procuradores que trabalham no civil e 22 procuradores que trabalham no crime. Mas desses há um grande número de procuradores que está afastado para exercer outras atividades, como a corregedoria, a subprocuradoria, os centros de recursos, entre outros.

É um número bastante reduzido. Na verdade, funciona numa média de 18 a 20 procuradores para fazer frente aos processos no civil e uma média de 15 a 16 procuradores no crime. Então, é uma carga bastante elevada a que estão submetidos, porque esses processos são os que chegam ao Tribunal normalmente com maior complexidade, com maior volume e que demandam um estudo sempre mais aprofundado.

Principais atividades da Procuradoria-Geral de Justiça: aqui é o órgão administrativo. Alguns que destacamos talvez sejam de interesse da Assembleia.

Instituímos, no final do ano passado, o Serviço de Atendimento e Informação ao Cidadão - Saic -, que é para dar cumprimento à Lei Federal n. 12.527, que determina que os órgãos tenham que ter lá um setor e uma pessoa para informar e prestar documentos, cópias, enfim, ao cidadão. É um espaço exclusivo que destinamos e o Ministério Público tem procurado cumprir a legislação e fazer a sua parte.

Também instituímos um serviço de voluntariado justamente visando à economia dos nossos serviços públicos; temos pessoas que voluntariamente se propõem a contribuir com o Ministério Público fazendo perícia, fazendo análises, fazendo estudos e uma série de outras atividades que desoneram o órgão público da necessidade de contratação de pessoas, de pagamento de perícias, já que eles voluntariamente têm contribuído com o Ministério Público dessa forma.

Em relação às Promotorias de Justiça, já falei para os senhores anteriormente que há uma grande defasagem em relação ao número de juizes; temos algumas situações complicadas como, por exemplo, a colidência de audiências que nem sempre podemos

ter um promotor atuando em mais que uma vara; temos dificuldades de diversas ordens, como, por exemplo, na esfera criminal, em que a atividade do Ministério Público é muito exigida e constante, como, por exemplo, no Tribunal de Júri, em que a participação do promotor é bem maior que a participação do juiz, pois exige um estudo maior.

Em razão disso, nós, no ano passado, criamos apenas seis cargos de promotoria de justiça, duas em Chapecó, na qual uma foi instalada no início deste ano, até a deputada esteve lá pleiteando a criação desse cargo; uma em Curitiba, que estamos por instalar, três em São José, e criamos a circunscrição de São José que antes pertencia a Florianópolis. Daí instalamos duas promotorias em São José, uma em Itajaí, em Rio do Sul, Brusque, Balneário Camboriú, Xaxim e Maravilha.

Uma atividade importante que fizemos e queremos destacar é o planejamento estratégico do Ministério Público. Entendemos que hoje qualquer órgão público tem que estar preparado para enfrentar as novas demandas e para isso tem que trabalhar com organização, com planejamento, com estudos, aproveitando o que melhor a ciência e a técnica nos oferecem.

Em razão disso, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, fizemos o nosso planejamento estratégico envolvendo todo o Ministério Público, seus membros e servidores para preparar o Ministério Público para a próxima década. Esse foi o propósito.

Em razão do nosso planejamento estratégico, definimos as áreas prioritárias, já temos um banco de projeto nos moldes, inclusive instituídos e orientados pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e agora estamos colocando em prática os projetos, indo para a segunda fase, que é a implementação do nosso projeto. O objetivo é tornar o Ministério Público mais efetivo, mais ativo, mais próximo ao cidadão, tentando agir de forma mais proativa e preventiva, para que efetivamente sejam evitados muitos crimes e problemas, como na área ambiental, na defesa da infância e juventude, no consumidor, na própria

moralidade administrativa, que temos inclusive participado em parceria com a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas, em diversos cursos, seminários, que é para preparar os gestores e as pessoas, a fim de evitar que futuramente eles inclusive venham a sofrer qualquer tipo de ação e intervenção.

Também fizemos o nosso Plano Geral de Atuação. Enquanto o Planejamento Estratégico visa uma década, o nosso Plano Geral de Atuação visa enfrentarmos as principais questões apresentadas ao Ministério Público por ano.

Então o Plano Geral de Atuação se volta ao ano de 2013 tão somente.

Nós já elegemos as prioridades que enfrentaremos no ano de 2013 e a maior delas é na área do Meio Ambiente, na área de saneamento básico.

Nessa área Santa Catarina até recentemente detinha índices vergonhosos, se comparados a outros índices do Brasil, na frente apenas do Piauí.

Hoje, felizmente, essa realidade já mudou e além da questão ambiental há toda uma questão de saúde, de bem-estar, de segurança das pessoas.

Estou correndo um pouco com esse relatório porque sei que os senhores têm horário e nós também temos. Então vou tentar vencer, mas os senhores podem ficar à vontade para qualquer intervenção.

Outra preocupação nossa refere-se à questão dos espaços físicos. O Ministério Público hoje também precisa ampliar os seus espaços físicos, porque o crescimento da sua estrutura, tanto do pessoal quanto material tem crescido em razão da demanda e do trabalho do Ministério Público. Em razão disso, inclusive, no ano passado adquirimos um prédio no centro da capital que abriga dez promotorias de Justiça e toda parte administrativa que antigamente estava dividida em três prédios, sendo que dois deles eram locados, com isso deixamos de pagar aluguel e temos a possibilidade de crescimento e ampliação do nosso pessoal.

Também estamos iniciando pela primeira vez a construção de uma sede própria do Ministério Público na comarca de Jaraguá do Sul.

A ouvidoria ainda no ano passado, também visando se aproximar do cidadão, promoveu atos públicos, foi até a comunidade, distribuiu *folders*, informações, material educativo, enfim, se fez presente na sociedade, o que tem trazido um bom retorno, uma boa resposta, pois com isso nos tornamos mais acessíveis, mais conhecidos e a sociedade tem nos procurado para tentar buscar as soluções para as suas situações.

Também lançamos no dia 08 de dezembro do ano passado a campanha "Conte até dez", que visa a prevenção de homicídios cometidos por impulsos, motivos fúteis e ações impensadas. Vamos assinar hoje com a presidência da Assembleia Legislativa uma parceria para uma campanha que é, na verdade, do Conselho Nacional, e que já tem surtido bons efeitos em outros estados da federação.

Em Santa Catarina, segundo os índices, mais de 50% dos homicídios são causados por situações banais: briga de bar, discussão de futebol, acidente de trânsito. São crimes que se pararmos um pouquinho e contarmos até dez não cometemos. É nesse sentido que a campanha vem atuar e a participação desta Casa, sem dúvida nenhuma, assim como em outras campanhas que nós já fizemos, como a do *Bullyng*, *Laços de Amor*, entre outras, surtirá um excelente resultado e com isso diminuiremos o índice de homicídios no estado de Santa Catarina que, felizmente, já é um dos menores do Brasil.

Também em relação a essa campanha está previsto para junho um convênio com a Universidade Federal de Caçador com a participação do Júnior Cigano, que é um dos garotos propaganda. Ele é de Caçador e estará neste evento. Estamos tentando conciliar a possibilidade de impulsionar a nossa campanha com a presença do Junior Cigano.

Também em parcerias, o Ministério Público tem procurado se aproximar de outros órgãos, especialmente órgãos públicos, sociedade civil organizada, para somar esforços e conseguir atingir os seus objetivos.

Um dos convênios que fizemos foi com a secretaria de Segurança Pública buscando soluções tecnológicas inovadoras, especialmente na área de geotecnologia. Ele visa, na verdade, somar ferramentas para a coleta de informações, processamento, análise e disponibilização de informações com referências geográficas. Elas permitem melhor explicar os cenários, por exemplo, de desastres naturais, acidentes, crimes ambientais, ocorrências policiais, fluxo de trânsito, deslocamento populacional, movimentos turísticos, entre tantos outros. É um trabalho que envolverá a secretaria de Segurança Pública, especialmente, e o Ministério Público.

Também temos diversas outras parcerias, como a campanha O que você Tem a Ver com a Corrupção, já bastante conhecida de todos.

Temos também investido grandemente nas mídias sociais, na área da tecnologia da informação, porque até em razão de uma pesquisa que fizemos para o nosso planejamento estratégico ela demonstrou que a sociedade hoje busca a sua informação através da *internet*, dos meios de comunicação e das mídias sociais. E a principal forma de comunicação da sociedade com os órgãos tem sido através também desses meios virtuais.

Então, estamos também nos voltando para isso justamente para não perdemos o tempo da história e para que sejamos efetivamente acessíveis pela sociedade.

Segundo a pesquisa, apenas a televisão ainda superava a forma de busca de conhecimento de informações da população, a qual já estava muito próxima. E como ela vinha crescendo através da *internet*, a essas alturas ela provavelmente já deve ter até superado.

Em razão disso, o Ministério Público tem diversos programas, como o *Programa Alcance* - e sobre isso depois haverá um relatório um pouco melhor -, que é veiculado no Canal Universitário, TV UFSC, na NET da Grande Florianópolis, entre outros. Temos também o canal YouTube com audiência diária, que tem picos de até 374 exibições num único dia. Cresceu do ano de 2011

para 2012 50,3% o acesso da sociedade nos canais que temos no YouTube.

Instituímos também outro programinha, que chamamos de *O Promotor Responde*, que são as principais dúvidas que a sociedade tem e fazemos os questionamentos e as respostas para ela. E também tem tido um grande acesso, esperamos com tendência de crescimento.

O Ministério Público, no Twitter, até ontem - e o dado ainda está lá - tinha mais de 5.900 seguidores. Ontem à noite fui confirmar com o nosso pessoal de comunicação e posso dizer que na verdade ontem à noite já tínhamos superado os 6 mil seguidores do Twitter.

Então, temos mais de seis mil pessoas que diariamente acompanham as notícias e ações do Ministério Público, o que para nós também é bastante significativo e importante, pois demonstra a importância de atuarmos nessa área de tecnologia da informação e das mídias sociais.

Há alguns números que também entendemos ser importante apenas para conhecimento dos senhores. Por exemplo, os procedimentos criminais. Nós recebemos, no ano passado, 152.227 procedimentos criminais. Desses há uma rápida divisão: 841 seriam procedimentos criminais instaurados pelos promotores de Justiça, que são os PICs; 56 mil seriam investigações de menor potencial ofensivo; e esses outros 17 mil, violência doméstica e relação familiar, entre outros, normalmente são inquéritos policiais, prisão em flagrante, procedimentos que normalmente vêm das delegacias de polícia.

Violência doméstica é até um fato interessante, porque ela cresceu significativamente em Santa Catarina. Não sabemos ainda se é em razão da divulgação e da informação de que as mulheres, hoje, podem buscar recursos, e antigamente não faziam isso, podem buscar a proteção e os seus direitos. Mas ela tem crescido significativamente. Então, isso é importante.

E até a própria secretaria de Justiça nos fez uma apresentação recentemente demonstrando as áreas de maior incidência desse tipo de delito.

Impressionante que o vale do Itajaí e a região norte, regiões mais desenvolvidas, é onde há o maior índice de agressões, no caso, maiores crimes de violência doméstica. Também teríamos que agora, e estamos já procurando analisar, estudar esses dados para saber se é em razão das pessoas procurarem mais ou se efetivamente lá é que a quantidade de incidências é maior.

Essa avaliação mais qualitativa dos dados é uma ação que o Ministério Público está desenvolvendo; queremos poder desdobrar e saber justamente essas informações para orientar a nossa atuação, para que possamos trabalhar.

Aqui são procedimentos na área Cível. Quero destacar que esses são os procedimentos instaurados pelos promotores de Justiça. Não são aqueles processos que os promotores de Justiça atuam como na condição de custos leves, de fiscal da lei. Aquele é um número muito maior, e estamos trazendo apenas esses, pois são por esses que efetivamente há um interesse da sociedade. É nesses em que o promotor procurado normalmente foi demandado.

Eu disse lá que a ouvidoria recebe mais de cinco mil denúncias por ano, os promotores recebem muito mais do isso ainda, porque eles atendem à sociedade, e temos uma média de 50 mil atendimentos por ano. E esses atendimentos normalmente, algumas vezes, são questões pessoais, mas muitas vezes são questões que envolvem toda uma coletividade, que eles vêm nos trazer.

Então, em razão disso ali são alguns procedimentos que os promotores instauraram de ofício. E no caso, hoje, a maior quantidade ainda é na moralidade administrativa.

A grande maioria desses procedimentos que instauramos é encaminhada para nós. Somos provocados por Câmara de Vereadores, por organizações sociais, por pessoas que de alguma forma nos encaminham isso.

Hoje, a área da moralidade e a área do meio ambiente ainda são as grandes preocupações da nossa sociedade. Como os senhores podem ver, essas áreas têm um destaque bem maior em relação às

demais denúncias. A moralidade está com 4.382 mil procedimentos instaurados, e o meio ambiente com 3.086 mil. Então, são duas áreas com grande preocupação da sociedade.

Esses procedimentos são aqueles que normalmente resultam nos termos de ajustamento de conduta. Nas recomendações, algumas ações são arquivadas, e todos depois são submetidos ao conselho superior do Ministério Público, que é quem avalia se a solução dada pelo promotor de Justiça foi uma solução adequada. Então, diferentemente do que dizem, que o promotor não tem controle, não tem fiscalização, toda atividade do promotor de Justiça é fiscalizada, é cuidada e submetida a órgãos superiores, a órgãos colegiados, normalmente, que fazem esse crivo justamente para evitar qualquer injustiça aos cidadãos.

Aqui também temos outra leitura que seria os principais tipos denunciados, mas, também para conhecimento, o grande número ainda são os crimes aqui, na área penal, são os crimes contra o patrimônio e roubos, que é o maior índice.

Falei antes que a violência doméstica tem crescido. No ano passado, foram 6.502 casos que envolveram violência doméstica. Houve um aumento, em relação a 2011, de 104. Então, houve um aumento significativo de violência doméstica.

É interessante ter essas estatísticas para definirmos políticas públicas, definir como vamos agir para diminuir ou melhorar essa situação.

Quanto aos demais dados que ali constam, também temos o número de ações ajuizadas. Lá no início falamos que são 152 mil procedimentos criminais que recebemos por ano - 39 mil viram ações penais, são denunciados, e 24 mil são transações penais.

Temos 58.800 que são arquivados. E as outras são encaminhadas para outros setores ou retornam normalmente às delegacias de Polícia.

Um fato que pretendemos analisar também é o motivo do grande índice de arquivamento. Se for porque a apuração, a investigação está sendo insuficiente, se é efetivamente que não se tem

meios de apurar, mas, enfim, 1/3 dos procedimentos que nos chegam acabam sendo arquivado, o que é significativo. Então, isso vai merecer a nossa preocupação daqui para frente também.

Ainda nas ações judiciais, isso aqui sem contar aquela participação como fiscal da lei, que eu disse aos senhores que o promotor trabalha, quando é o particular que ingressa na ação e nós agimos como fiscal da lei ou como *custus legis*, essas são as ações civis ajuizadas na área da coletividade, cuja iniciativa é, efetivamente, do promotor de justiça. Também a grande maioria é na área da Saúde. São 686 ações na área da Saúde, embora não seja a principal causa de reclamações, mas é o principal número de ações que temos proposto. E na área da moralidade administrativa também temos hoje 317 ações propostas, no caso, no ano passado.

Um dado importante é que participamos de mais de 33 mil audiências e atendemos, como eu disse, a praticamente 50 mil pessoas que foram até os gabinetes dos promotores de Justiça. Isso são pessoas que vão aos gabinetes. Mas temos várias outras formas de atendimento que se faz por telefone, de forma virtual e outros meios de atenção ao Ministério Público.

Com a vinda da Defensoria Pública esses números tendem a se alterar. Não sei qual será a possibilidade de atendimento da Defensoria Pública, porque algumas ações envolvem apenas o cidadão, são ações individuais e não coletivas.

Também na área criminal, agora já nos encaminhando para o final, vou fazer um rápido relatório, participamos de mais de 99 mil audiências judiciais envolvendo crimes, fizemos 722 julgamentos no Tribunal do Júri, o que é bastante significativo para nós e o que demonstra também a nossa efetividade.

Desses 722 julgamentos no Tribunal do Júri, conseguimos a condenação de 579. Houve 195 absolvições, provavelmente muitas delas, inclusive, com o pedido ou com a anuência do Ministério Público.

Também é importante saber que o Ministério Público fez, é uma das suas atividades, 472 inspeções em estabelecimentos prisionais, no ano de 2012, antes de todos aqueles incidentes e ataques que aconteceram em Santa Catarina. O Ministério Público tem ido regularmente aos estabelecimentos prisionais e acompanhado também inspeções em 189 delegacias e outras atividades que fazemos.

Até me perguntaram algumas das principais ações que o Ministério Público desenvolveu. E agora vou passar rapidamente, mas estará no relatório onde os senhores conseguirão mais informações.

Aqui temos algumas parcerias que fizemos recentemente com o Tribunal de Justiça, a secretaria de Justiça e Cidadania e o Ministério Público, que é a Central de Penas Alternativas, um projeto muito interessante, através do qual os presos têm possibilidade de trabalho externo, com rendimento, para poder, inclusive, repassar esses valores para a sua família.

Segundo as estatísticas, os presos que participam desse programa, praticamente 93%, não me lembro exatamente o valor, são presos que não voltam a reincidir. Enquanto presos que não participam desse programa, isso feito no Brasil todo, em Santa Catarina começou agora, no ano passado, enfim, presos que não participam de programas dessa natureza, aí o índice se inverte, é 70% de reincidência, enquanto neste caso é 7% de reincidência, praticamente.

Então, podemos ver a efetividade desse programa que dá dignidade ao preso e diminui significativamente a violência. Nós estamos recuperando o preso. Acho que esse é o propósito principal do encarceramento, recuperar o preso e não torná-lo ainda um sujeito mais agressivo, escolado no crime, como se diz. Não pode passar pela cadeia como uma escola de aperfeiçoamento às atividades criminosas. Ele tem que sair efetivamente recuperado, um cidadão que possa contribuir e produzir a favor do estado.

O Provita é um programa de proteção às vítimas e testemunhas ameaçadas, na questão da violência doméstica. São diversas as ações que o Ministério Público tem feito, inclusive palestras, participando de eventos, no combate à lavagem de dinheiro, diversos eventos instruindo colegas e outros parceiros.

Na questão dos inquéritos policiais há um programa do Senasp, com o qual estamos tentando atingir as metas utilizadas, e Santa Catarina está em índices bastante satisfatórios.

Sobre os Gaecos, instalamos, em 2012, o Gaeco de Itajaí - o sexto; além deles, temos outros funcionando na capital, em Chapecó, em Criciúma, em Joinville e em Lages. No ano passado, fizeram diversas ações. Foram 183 mandados de busca e apreensão e 63 prisões realizadas com a participação do Gaeco.

Esclarecendo que o Gaeco são forças-tarefas integradas, coordenadas pelo Ministério Público, mas com a participação da Polícia Civil e Militar, com agentes também do Fisco, da secretaria da Fazenda e agentes da Polícia Rodoviária Federal. É um exemplo, inclusive, para o Brasil, em que todos sentam para discutir as formas de atuação e vão ao combate à criminalidade.

As principais operações feitas pelo Gaeco são: o Jogo Duplo, que seria a exploração do jogo de azar no município de Balneário Camboriú; Operação Hipócrates, que eram os profissionais da área da Saúde que registravam o ponto e iam atender aos seus estabelecimentos particulares; a fabulosa ação que houve na contratação de serviços de banheiros químicos do poder público, que foi uma operação em conjunto com o Ministério Público do Rio Grande do Sul; dos caixas eletrônicos onde havia explosões, nos assaltos; pedofilia, e houve mandados de prisão de pessoas em Imbituba e São José; operação no tráfico de drogas na região norte do estado; ajustamento de conduta, que seria a questão das irregularidades na autorização das construções; a questão dos agentes prisionais que estavam envolvidos no tráfico de drogas; algumas ações que envolvem fraudes em concursos, em

licitações e em outras principais áreas em que trabalhamos.

Quanto à Ordem Tributária, o Ministério Público, no ano de 2012, ampliou a atuação com promotorias regionais nessa ordem. E não eram todas as comarcas e municípios que estavam envolvidos nessa operação. Praticamente hoje todas as promotorias fazem parte de uma região de combate à sonegação fiscal.

Em razão disso, cresceu em mais de 50% o número de ativos recuperados em favor do estado. Temos 943 ações propostas contra sonegadores, que corresponde a R\$ 326 milhões de valores subtraídos do estado. Nós conseguimos o retorno efetivo, aos cofres públicos, apenas no ano passado, de R\$ 104 milhões já pagos e R\$ 171 milhões que foram parcelados. Isso corresponde a mais de R\$ 276 milhões que a atuação do Ministério Público conseguiu trazer aos cofres públicos.

Isso significa que o Ministério Público não é um órgão que onera o estado, ao contrário, auxilia o estado a recuperar os seus valores, ele traz benefícios financeiros. Esses são benefícios efetivos e a nossa expectativa é que, em 2013, consigamos ampliar esses valores, porque isso tem um efeito pedagógico muito importante, pois com a atuação do Ministério Público o sonegador já fica mais comedido, e evita-se de serem cometidas inúmeras fraudes com a simples existência de ações que estamos propondo.

Também um programa inédito ainda na área tributária é o programa de saúde fiscal nos municípios.

Segundo o nosso levantamento, apenas 70 dos 293 municípios dispõem de indenização para a cobrança de ISS, IPTU e ITBI.

Estamos fazendo uma parceria com a Fecam e pretendemos regularizar a questão da legislação nos municípios e, posteriormente, em conjunto com os municípios também fazer com que eles consigam resgatar tributos que lhes são devidos.

Na área da moralidade administrativa, para os senhores terem uma noção de algumas ações, são 54 termos de ajustamento de conduta, 317 ações civis

públicas, porque há muita irregularidade ou muitos anos de improbidade, e não são passíveis de ajustamento de conduta, inclusive não nos permite. Há também na área criminal 67 denúncias e mais o apoio que o Ministério Público fez.

Também participamos em conjunto com o TCE, TER, Procuradoria Regional, entre outras, da orientação, educação, preparação para as eleições, preparação para os gestores públicos que assumiram os cargos agora neste ano. E também o Ministério Público e o Tribunal de Contas estiveram fazendo orientação para os prefeitos e vice-prefeitos. Também junto com o Tribunal de Contas, o Ministério Público participou de estudos de controle público da administração municipal, através de vídeo e de material que fornecemos, entre outros.

Na área da infância, que também é uma área prioritária, o Ministério Público atuou com bastante atenção. Na área infracional temos 24.576 atos infracionais que nos foram encaminhados, disso resultou 3.600 representações, remissões, enfim, os dados que constam ali.

Além da área infracional o Ministério Público também atua na proteção e defesa dos direitos da criança. Assim, fizemos ações na questão da acessibilidade na escola para aqueles que têm deficiência ou mobilidade reduzida. O Programa Apóia é um trabalho do retorno das crianças à escola. Foram registrados 5.995 casos de evasão, e 4.565 desses retornaram à escola, porque em cada evasão o Ministério Público vai verificar o motivo da evasão e tenta trazer a volta à escola. Temos conseguido bastante êxito.

Há a questão do FIA que inclusive é um trabalho que desenvolvemos com a Assembleia Legislativa e com outros órgãos. A iniciativa no ano passado resultou num incremento de contribuição para o FIA de 406%. Isso representou R\$ 363 mil para o FIA, o que é ainda um valor aquém com o que ocorre em outros estados.

Esses são valores que em princípio, se não ficar no estado, voltam para o governo federal. Se

ficar no FIA são aplicados em projetos na área da infância e juventude do estado.

Então, é um trabalho que o Ministério Público faz em parceria com a Assembleia Legislativa, com o Conselho Regional de Contabilidade, entre outros, e penso que tenhamos também que somar forças e ajudar, porque são recursos, são divisas que conseguimos deixar num estado para atuar numa área prioritária como é a infância e juventude.

O Disque 100 são as notificações que vêm ao Ministério Público, e ali constam os índices. Aqui aparecem algumas campanhas como Navegação Segura, que também foi feita em parceria com a Alesc, na internet, como Combate à Pedofilia, a campanha Antidrogas, a Sinase, que era o acompanhamento da implantação do Sistema Nacional Sócioeducativo do Estado.

O meio ambiente, como disse, é uma área também que a sociedade nos demanda muito. É uma grande preocupação, e recebemos denúncias e reclamações que resultaram, no ano passado, nas promotorias, 294 TACs, diversas ações civis públicas, diversas transações penais.

Instituímos um grupo especial de defesa do patrimônio histórico e cultural, porque a cultura é também um patrimônio ambiental dentro da questão ambiental em sentido amplo, e é uma obrigação do Ministério Público proteger e preservar a questão histórico-cultural. Em razão disso, foi criado um grupo que já vem trabalhando.

Temos a campanha lixo nosso de cada dia, uma atividade que estamos fazendo. A primeira etapa do projeto trata da questão dos aterros sanitários. Fizemos num primeiro momento a regularização dos municípios, para que dessem um destino adequado ao seu lixo. E agora estamos, numa segunda fase, acompanhando os aterros sanitários. A grande maioria tem dado o destino adequado. Mas agora queremos saber se os aterros sanitários também estão funcionando de forma adequada.

Tem a questão do lixo eletrônico. Essa foi uma ação feita no médio Vale do Itajaí, na comarca de Rio do Sul, em que houve o recolhimento e o destino de todo o lixo eletrônico dos 28

municípios da região. Há também uma atuação do Ministério Público quanto à farra do boi, e em 2012 com relação a 2011 reduziu em 21% a incidência de ocorrências.

Também criamos o grupo especial de defesa dos direitos dos animais, que teve repercussão nacional. Se não me engano, foi o primeiro grupo criado no Brasil. E outros Ministérios Públicos já estão seguindo essa orientação, porque tem crescido muito a preocupação com o direito dos animais, pela sociedade organizada. E nesse sentido o Ministério Público não tem deixado de atuar.

Temos alguns convênios com a secretaria da Segurança Pública, Polícia Ambiental, Furb, entre outros, para acompanhar a implantação do sistema de tratamento de esgoto no vale do Itajaí. Essa é uma parceria com a universidade.

Na área do consumidor também há um número de ajustamentos de conduta, ações civis públicas e transações penais. E aqui vemos alguns dos programas que temos. O programa Alimento Sem Risco, em parceria com a Fatma, a Cidasc, o Crea, a Polícia Ambiental, o qual tem sido realizado em diversos municípios. Foram feitas análises inclusive de amostras de legumes e frutas, e 24% das análises foram reprovadas, o que demonstra que a sociedade tem corrido risco em relação ao consumo de muitos dos produtos.

Tem a questão dos produtos de origem animal. No ano passado, foram inutilizados 56 mil quilos de produtos de origem animal impróprios para o consumo. É a saúde pública do cidadão que está em risco. E, além disso, esse programa além de evitar a contaminação e a doença ao consumidor, também tem outros efeitos. Por exemplo, o comércio de carne clandestino normalmente tem origem do abate clandestino que ocorre pelo furto do animal. Então, também combate a sonegação fiscal, porque esses produtos clandestinos não são tributados e causam problemas de diversas ordens.

Ainda temos o exemplo do excesso de gelo nos pescados, e 34% dos produtos estavam em desacordo. Isso demonstra que o consumidor estava sendo

lesado. Por muitos anos acompanhamos a questão do gás de cozinha GLP e do combustível. E para a nossa felicidade, talvez em razão da parceria com as universidades, os resultados das análises dos combustíveis em Santa Catarina estão sempre de acordo com os padrões. Então, o nosso consumidor tem sido bastante protegido e não tem tido problemas com os combustíveis.

Quanto aos direitos humanos, temos algumas ações. Nós atuamos também na fiscalização das fundações. Hoje as fundações desenvolvem um trabalho relevante. Há fundações de grande porte, universidades. No setor hospitalar, dentre outros, o Ministério Público está sempre presente, acompanhando a prestação de contas dessas fundações. O Ministério Público também cuida da questão acessibilidade.

Os termos de cooperação que temos firmado, inclusive com o Tribunal de Justiça para acompanhar a questão dos idosos...

Há o controle de constitucionalidade. Essa foi uma surpresa bastante positiva para mim no ano passado e neste ano.

Temos percebido que o Ministério Público tem como dever legal também fazer o controle de constitucionalidade, e muitas vezes somos representados em razão disso. E tem caído o número de ações de Adins propostas em razão de leis estaduais. O que atribuo que seja uma melhoria do nosso Parlamento, uma melhoria do processo legislativo, das leis que os senhores estão fazendo. Acho que é um fato muito positivo que reduziu significativamente isso.

Estamos querendo saber também se as ações que propusemos, efetivamente, aquelas que foram julgadas procedentes, foi dado o cumprimento.

Nós temos o nosso Centro de Estudos e Aperfeiçoamento, órgão encarregado da capacitação e treinamento dos membros e dos servidores. Ele, além de fazer a capacitação, faz cursos e tem cuidado do acompanhamento no vitaliciamento dos promotores de Justiça e desenvolvido técnicas de modelos para nosso aperfeiçoamento.

Já estamos com educação a distância. O que economiza significativamente recursos públicos e que permite que colegas, especialmente do interior do estado, membros e servidores, possam também participar das capacitações sem o necessário deslocamento à capital ou outros órgãos.

Alguns termos de cooperação com universidades, com o Tribunal de Contas, com a nossa própria associação e algumas atividades que o CEAF fez merecem destaque. Uma delas foi o Seminário Nacional dos Cem Anos de Guerra do Contestado, que teve repercussão nacional, no ano passado. E veio gente de todo o Brasil acompanhar esse evento.

Lançamos memórias vivas de Santa Catarina, que foi "Memórias General Vieira da Rosa", também relativo à Guerra do Contestado, que foi um dos principais conflitos que o Brasil já teve e que ocorreu no estado e que não tem a devida divulgação no Brasil.

Conhecemos Guerra de Canudos e tantas outras, mas essa Guerra que foi uma das principais e mais violentas do Brasil não é tão conhecida. O Ministério Público está tentando fazer a sua parte. Nós estamos criando um banco de dados para a preservação da nossa história.

Penso que devemos somar esforços, trabalhar em conjunto, para defender as causas da sociedade, pois são aquelas que representamos.

O Ministério Público se coloca à disposição.

Muito obrigado pela atenção!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Senhor procurador-geral, nosso agradecimento pela distinção, pela vinda de v.exa., dirigindo-se a este plenário, cumprindo dispositivo legal, é verdade, mas, acima de tudo, para coroar essa boa relação que mantém as nossas instituições com parcerias de excelentes resultados, como v.exa. bem destacou. Dentre elas, deputada Ana Paula Lima, com toda certeza, o projeto da Adoção, com decisiva participação do Ministério Público para o sucesso, além de outras instituições, evidentemente. Mas se não fosse a participação do

Ministério Público, não teríamos alcançado os resultados que alcançamos.

O nosso estado foi o segundo estado do Brasil a construir uma Lei de Combate ao *Bullying*, mas o primeiro a tirar essa lei do papel, a fazer um debate, graças à participação efetiva do Ministério Público, coordenado pela competente, determinada e dedicada Priscila Araújo Albino, que realizou um grande trabalho, juntamente com os promotores que se envolveram em diversas comarcas do estado ou em parcerias como "O que você tem a ver com a corrupção?", dentre tantas parcerias realizadas com sucesso pelo Ministério Público e este Parlamento...

Hoje, como antecipou o sr. procurador-geral, vamos firmar o termo de cooperação técnica entre esta Assembleia Legislativa e o Ministério Público, permitindo que esta Assembleia possa, a partir de agora, efetivamente integrar todo o corpo de parceria da campanha "Conte até dez que a raiva passa, a vida fica - Paz! Essa é a atitude". Uma bela campanha. E certamente v.exas. já tiveram a oportunidade de acompanhar as inserções na mídia nacional.

Vamos ter inserções aqui também na mídia local, e a nossa Assembleia também passa a se engajar nessa importante campanha que tem o objetivo da sensibilização para a gravidade do crime de homicídio, em especial, deputado Sargento Amauri Soares, aqueles praticados por motivos fúteis, que são elevadíssimos os números, quase 50% de tudo o que ocorre.

É mais uma boa oportunidade de homenagearmos essa boa relação existente entre o Ministério Público e o Parlamento catarinense. Vamos firmar esse termo de cooperação agora para dar consequência jurídica para essa parceria e dizer, deputado Silvio Dreveck, v.exa. daqui a pouco com a nossa participação vai instalar a CPI da Telefonia, evento que está acontecendo em mais seis Assembleias Legislativas no Brasil. São sete Assembleias que neste momento instalam as CPIs, numa ação em favor do cidadão, do consumidor. E mostrando que nós estamos, dr. Lio Marcos Marin,

em sintonia fina com o Ministério Público. Eu não tinha conhecimento, e penso que a maioria dos parlamentares desta Casa também não, que o Ministério Público, preocupado com essa questão, instalou já um grupo de trabalho para tratar desse assunto, dado o grande número de reclamações.

Deputado Silvio Dreveck, não tenho dúvida, como v.exa. falava com o procurador, dr. Antenor Chinato Ribeiro, que vamos também estabelecer uma estreita parceria no trabalho da CPI com a comissão montada pelo Ministério Público, para que possamos produzir ao cidadão, ao consumidor, o resultado que ele aguarda das ações que serão empreendidas tanto pelo MP como pela Assembleia Legislativa.

Portanto, como v.exa. tem que se deslocar para a capital federal daqui a pouco, encomendamos ao seu coronel que lhe entregasse o cartão vermelho, porque ainda temos juízo. Veja que nem usamos o nosso coronel, foi o seu próprio, para que se consequência houvesse fosse tratado no âmbito interno, mas foi com a preocupação de manter a sua passagem, o seu horário de vôo; portanto, passo diretamente a v.exa. para que possamos firmar esse convênio, ao tempo que abro a palavra aos questionamentos e manifestações que os deputados queiram fazer.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Cumprimento v.exa., presidente deste Poder, deputado Joares Ponticelli, o sr. procurador, dr. Lio Marcos Marin, e os demais procuradores e procuradoras aqui presentes, todo o corpo do Ministério Público que está na Assembleia nesta tarde de hoje.

Quero fazer uma manifestação aqui, pois que considero o local mais apropriado para fazê-la, embora saiba que a sua presença nesta tarde na Assembleia Legislativa é institucional, para dizer e fazer a manifestação que, não tenho dúvida, será bem compreendida por todos os senhores e senhoras. E penso, e essa é a intenção, falar pelos policiais militares de Santa Catarina naquilo que

me cabe como seu representante eleito e não como chefe da instituição.

Da parte dos policiais militares, deseja-se há muito tempo toda a reflexão que façamos a respeito da boa eficácia do nosso serviço policial militar. Nós consideramos muito importante que tenhamos a possibilidade de ter uma proximidade maior entre o trabalho policial militar ali na rua ou lá na rua, atendendo à sociedade em situações na maioria das vezes conflituosas e até dramática e que nós pudéssemos ter e que possamos ter uma proximidade cada vez maior com o Ministério Público.

Então essa era a manifestação para dizer daquilo que pensamos a respeito da persecução penal deste país e da necessidade da celeridade e da necessidade não de concentrar e sim de democratizar, de distribuir mais o poder de polícia, pois que isso é importante para os policiais militares e, acredito, para todos os servidores da segurança pública. E não tenho dúvida de que não se trata apenas de uma questão corporativa nem para nós nem para o Ministério Público. Trata-se, também, de um elemento muito importante para a sociedade brasileira e para o conjunto da nossa população.

Era essa a minha manifestação, parabenizando-os e agradecendo a oportunidade de poder dizer a v.exas. na tarde de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, quero, em nome da Frente Parlamentar, agradecer a disponibilidade, a acolhida da Procuradoria no sentido de nos fornecer os dados solicitados ao longo do ano de 2012, principalmente em relação a essa questão que incomoda a todos nós catarinenses da trágica combinação álcool e volante.

Deixo aqui apenas uma indagação que a sociedade tem nos requerido, lembrando que no ano de 2012 tivemos mais de 11 mil motoristas

flagrados dirigindo sob o efeito do álcool e apenas três mil processos de cassação da CNH. E boa parte inclusive desses processos estão arquivados.

Se v.exa. puder, decline aos nossos catarinenses que nos acompanham quais as medidas administrativas para que possamos acelerar e de fato trazeremos mais credibilidade a questão da segurança nas estradas de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) -
Deputado Ismael dos Santos, agradeço a participação de v.exa. e concedo a palavra ao nosso procurador-geral para as suas considerações sobre esses questionamentos e sua manifestação final.

O SR. PROCURADOR-GERAL (Marcos Marin) -
Obrigado pelas manifestações.

Deputado Ismael dos Santos, na questão administrativa cabe aos órgãos administrativos tomar as providências como o caso da cassação da CNH.

No caso de ocorrência de crime, aí, sim, é a intervenção do Ministério Público que pode fazer alguma coisa. O que talvez tenhamos que fazer é uma preocupação que temos também em razão do número de acidentes e de mortes e feridos, que pela grande maioria é pela questão do álcool ou outros motivos.

Essa é uma preocupação que o Ministério Público já vem tendo há um bom tempo. E o que queremos é buscar meios de coletar essas provas e tomar as medidas efetivamente contra as pessoas que cometem estes crimes.

Imagino que, se agravarmos a punição e as pessoas saberem que terão consequências graves pelas suas condutas, isso inibe. Isso é o propósito da lei, manter o caráter preventivo, que é inibir a conduta em desacordo com a lei, que é aquela que causa lesão aos cidadãos.

Então, na esfera criminal, o Ministério Público é um parceiro para buscar as medidas judiciais necessárias. Na esfera administrativa

podemos ser um parceiro evidentemente, se pudermos contribuir de alguma forma. Mas aí também não queremos nos meter em atividades que tenham a sua competência própria, que são os órgãos administrativos.

Deputado Sargento Amauri Soares, a aproximação do Ministério Público e da Polícia Militar para nós já é uma realidade. Mas claro que dá para melhorar. Pensamos que temos que aperfeiçoar. Também concordamos com o seu posicionamento de que a investigação e o combate à criminalidade tem que ser democratizado, tem que ser universal. Quanto mais setores, órgãos e pessoas trabalhando nessa área melhor protegido e maior o combate será a todo o tipo de criminalidade. Sabemos das dificuldades do policial sozinho na rua, muitas vezes, enfrentando situações graves, perigosas. E ele desprotegido e correndo riscos depois de sofrer consequências. Sabemos inclusive de um projeto que tramita no Congresso Nacional querendo levar preso todo o policial que em operações ferir ou matar uma pessoa. O que é um absurdo. Isso vai simplesmente impedir que qualquer policial haja. E para evitar uma prisão o policial vai deixar o bandido sair ileso, fazer o que bem entender, porque não vai querer correr risco de ter que agir, o que é um dever seu, e vai acabar gerando uma consequência, uma prisão. Então, é uma situação meio sem sentido, a nosso ver.

Mas para a aproximação com o Ministério Público, com a Polícia Militar, estamos à disposição. E hoje já temos uma atividade muito intensa e em conjunto, e ficamos à disposição caso os senhores tenham algum outro projeto, alguma outra ação que queiram fazer nessa área, nós estamos ao inteiro dispor para somar forças.

O Ministério Público tem trabalhado em parceria, porque entendemos que é importante o envolvimento de todos os órgãos, já que somos todos agentes públicos com a mesma finalidade, com o mesmo propósito. Temos que prestar o melhor serviço ao cidadão, e se fizermos isso de forma conjugada, sem dúvida nenhuma os resultados serão muito melhores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli)
- Esta Presidência agradece muito a presença de v.exa. dr. Lio Marcos Marin, procurador-geral de Justiça, da dra. Gladys Affonso, corregedora-geral do Ministério Público, da dra. Walkyria Danielski, subprocuradora-geral de Justiça, do dr. Antenor Chinato Ribeiro, subprocurador-geral de Justiça, a todos os procuradores, promotores, funcionários do Ministério Público que compareceram a esta sessão especial, as sras. deputadas, srs. deputados que prestigiaram esta sessão, enfim, agradeço a todos.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, especial, em homenagem ao Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina, para hoje, às 19h.

Está encerrada a sessão. E na sequência reabriremos a sessão ordinária da tarde de hoje.